

2ª RODADA DE REUNIÕES
DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE 2026

**6 anos de luta:
e agora?**

Vamos conversar sobre
participação com
próximos passos

PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

ANTÔNIO PEREIRA
JUNHO A NOVEMBRO DE 2026

Comunidade atingida pela Barragem Doutor,
de propriedade da empresa Vale, localizada
no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto,
Minas Gerais.

PLANO DE TRABALHO DA
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE
ÀS PESSOAS ATINGIDAS PELA
BARRAGEM DOUTOR, DE PROPRIEDADE
DA EMPRESA VALE S.A, LOCALIZADA
NO DISTRITO DE ANTÔNIO PEREIRA,
OURO PRETO/MG

Antônio Pereira - 6 meses

Data de início dos trabalhos: 1º de junho de 2026

Vigência do presente Plano: 30 de novembro de 2026

Elaboração

Camila de Fátima Bento

Ellen Joyce Marques Barros

Hariane Santos Alves

Higor Gomes Pereira

Izabella Cristina Correia de Resende

Jéssica de Paula Bueno da Silva

Joana Natalia Cella

Paula Campos Pereira

Polyana Cordeiro de Souza Maués

Ronald de Carvalho Guerra

Thiago de Azevedo Moraes

Veronica Aparecida Silva Severino

Diagramação

Gabriel Augusto Barbosa Lage

Hariane Santos Alves

INSTITUTO GUAICUY, 2026

www.guaicuy.org.br

Rua Projetada Dez, nº10 — Antônio Pereira,

Ouro Preto (MG), CEP: 35411-000

Telefone: (31) 97256-2131

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

O referido documento possui informações sensíveis de fornecedores e profissionais, portanto é necessário sigilo das informações apresentadas.

INSTITUTO GUAICUY. Plano de trabalho de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela Barragem Doutor, de propriedade da empresa Vale, localizada no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto, Minas Gerais. Antônio Pereira: Guaicuy, 2026.

28 p.

1. Assessoria Técnica Independente. 2. Pessoas atingidas por barragens. 3. Plano de Trabalho. 4. Antônio Pereira. I. Instituto Guaicuy.

CDU 658:005.5
CDD 658

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas	3
Introdução	4
Justificativa	6
Contextualização do território	9
Contextualização finalística	12
Objetivo geral e objetivos específicos	14
<i>Objetivos específicos</i>	14
Metodologia de ação	15
<i>Tabela - Atividades da ATI</i>	15
Metodologia de atuação territorial	17
<i>Tabela - Atividades com pessoas atingidas</i>	17
Monitoramento e prestação de contas	19
<i>Tabela - Entregas mensais e indicadores de resultado por atividade</i>	20
Administração do projeto	22
Cronograma	23
<i>Passos para a execução</i>	24
Orçamento	25
<i>Tabela - Projeção Financeira</i>	25
<i>Tabela - Orçamento Consolidado por Rubrica</i>	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI – Assessoria Técnica Independente

CEPCT – Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos
Povos e Comunidades Tradicionais

CLPI – Consulta Livre, Prévia e Informada

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

FCO – Fundação Christiano Ottoni

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

IJs – Instituições de Justiça

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

PEAB – Política Estadual dos Atingidos por Barragens

PNAB – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por
Barragens

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAS – Zona de Autossalvamento

INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho sistematiza as diretrizes e ações a serem desenvolvidas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto/MG, no período de 1º de junho de 2026 a 30 de novembro de 2026.

A ATI, prestada pelo Instituto Guaicuy, entidade eleita pelas pessoas atingidas, atua no contexto do risco de rompimento e do processo de descaracterização da Barragem Doutor, de propriedade da empresa Vale, em conformidade com os princípios da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab) e dos marcos normativos que garantem o direito à participação informada e à reparação integral.

Desde o início de sua atuação no território, a ATI tem estruturado seu trabalho em consideração à assessoria jurídica qualificada, ao acolhimento multidisciplinar psicossocial e jurídico continuado, mobilização social por meio de metodologias participativas, apoio à organização territorial, assessoramento das pessoas atingidas e povos e comunidades tradicionais (PCTs). Essas frentes se desdobram em ações concretas que vão desde a elaboração de notas técnicas e a interlocução com as Instituições de Justiça até o suporte cotidiano às famílias em situação de vulnerabilidade e busca por reparação integral, além da produção de materiais de comunicação que fomentam a participação informada e que denunciam as violações de direitos humanos.

O período recente foi marcado por avanços significativos, mas também por impasses que exigem renovado esforço de articulação. Entre os marcos alcançados, destacam-se:

- a) a entrega ao CAO-Cimos da nota técnica "Danos causados pela Barragem Doutor, da Vale, na evacuação da Zona de Autossalvamento (ZAS), em Antônio Pereira", acompanhada das declarações individuais das famílias que optaram pelo reassentamento e dos registros audiovisuais dos acolhimentos psicossociais realizados;
- b) o apoio à comunidade tradicional de garimpeiras e garimpeiros de Antônio Pereira, instruído com acervo documental e midiático, em diálogo com as instituições competentes;
- c) suporte à Comissão de Pessoas Atingidas para participação ativa na visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da ALMG à Barragem Doutor e aos respectivos encami-

- nhamentos;
- d) manutenção de diálogo permanente com o MPMG voltado ao fortalecimento dos fluxos comunicacionais e ao encaminhamento de forma oficial de demandas das pessoas atingidas, em especial nos casos de saúde, realizando um acompanhamento das obrigações fixadas judicialmente;
- e) acompanhamento jurídico processual dos desdobramentos da escolha da nova entidade técnica multidisciplinar com informações e atualizações constantes à população atingida.

Não obstante esses avanços, o cenário em Antônio Pereira segue marcado por demandas estruturais em que a comunidade almeja resoluções. A Matriz de Danos e o Cadastro ainda não tiveram andamento perceptível no território, gerando frustração e sentimento de invisibilidade na comunidade. Outro ponto importante, que gera diversos impactos, é a retirada do plano de reparação integral, inicialmente prevista nos trabalhos da perícia.

O presente Plano de Trabalho, portanto, se propõe a dar continuidade às ações já consolidadas e, ainda, prever ações de apoio à atuação da nova perita técnica imparcial do juízo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), de forma articulada com a proposta apresentada de “Realização de diagnóstico de danos decorrentes do risco de rompimento e do acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da Barragem Doutor”, principalmente no que se refere ao acompanhamento de reuniões comunitárias, divulgação de informações e devolutiva dos resultados junto às pessoas atingidas.

As diretrizes aqui apresentadas foram construídas a partir da escuta ativa das pessoas atingidas nas reuniões comunitárias e também nos encontros realizados junto à Comissão de Pessoas Atingidas, bem como do acúmulo técnico da equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuy ao longo da atuação no distrito de Antônio Pereira.

Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026



JUSTIFICATIVA

A execução deste Plano de Trabalho é justificada pela garantia de direitos assegurada na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e na Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab), considerando especialmente a necessidade de garantir o direito à reparação integral das pessoas atingidas pelos impactos socioambientais decorrentes do risco de rompimento e dos danos ocasionados pela descaracterização da Barragem Doutor, localizada no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto/MG. Desde 2019, a comunidade local enfrenta um cenário de insegurança, incertezas e prejuízos à sua organização social, modos de vida, vínculos territoriais, entre outros.

É importante destacar que este plano está em observância às Decisões ID 602955022, de 10/09/2020 e ID 9561992825, de 19/08/2022, que decidiram pelo direito da comunidade a ter ATI e delimitaram seu escopo de trabalho, que consiste em “fazer com que os atingidos participem, de forma informada, do cadastro das pessoas atingidas, do levantamento de danos, da valoração e reparação destes, entre outros, cujas etapas serão realizadas pela entidade técnica multidisciplinar, responsável por elaborar o Diagnóstico Socioeconômico e a Matriz de Danos”.

A presença da Assessoria Técnica Independente neste contexto é uma resposta direta à mobilização da população atingida e tem se mostrado fundamental para o fortalecimento da participação social e acesso à informação técnica qualificada. A atuação da ATI contribui diretamente para a compreensão dos processos técnicos e jurídicos que envolvem a reparação integral e fortalece a capacidade da comunidade de incidir de forma consciente e coletiva nas decisões que impactam suas vidas.

Nesse sentido, conforme detalhado na prestação de contas mensal apresentada ao juízo, no último semestre de atuação da Assessoria Técnica Independente em Antônio Pereira, foram realizadas mais de 550 atividades e atendimentos, alcançando 2.098 participações de pessoas atingidas. O período evidenciou uma trajetória impulsionada pela retomada de grupos temáticos, o acompanhamento de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), os atendimentos jurídicos e psicossociais voltados às demandas como, por exemplo, o reassentamento para famílias que tiveram o deslocamento forçado da Zona de Autossalvamento (ZAS), pela disseminação de informações qualificadas sobre as decisões judiciais e a expectativa do início dos trabalhos periciais pela FGV.

Entre dezembro de 2025 e maio de 2026, o processo judicial foi marcado pela definição da FGV como nova perita técnica imparcial - nomeação mantida em 04/12/2025, após a MM. Juíza reafirmar a discricionariedade da escolha. A Vale questionou o valor da contratação e a proposta da FGV, enquanto o MPMG indicou a necessidade de auditoria e o início imediato das atividades. Em março de 2026, a MM. Juíza Kellen Cristini de Sales e Souza reconheceu a independência metodológica da FGV e determinou a expedição do alvará. Ao iniciar o trabalho, em petição do dia 21 de maio de 2026, de ID 10683396945, a FGV se manifestou nos autos sobre o acesso incompleto aos dados do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP) e a necessidade de avaliação do impacto disso para execução de seu plano de trabalho. Em despacho de ID 10685840164, no dia 25 de maio de 2026, a MM. Juíza demandou que no prazo de 10 dias a FGV se manifeste nos autos sobre o citado impacto, bem como informe a data de início de seu trabalho de campo.

Nesse contexto, o trabalho direto da equipe do Instituto Guaicuy – desde as primeiras ações de escuta, mobilização e sistematização de demandas – permite a formulação de uma proposta de atuação alinhada às especificidades do território, às necessidades das pessoas atingidas e aos princípios do direito à reparação integral, como o fortalecimento da Comissão de Pessoas Atingidas e os acompanhamentos das famílias que sofrem com o deslocamento forçado da ZAS e dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) presentes no território.

Por fim, este plano de trabalho propõe-se a garantir o acesso qualificado à informação, o fortalecimento comunitário, a mobilização e a participação efetiva da população atingida de Antônio Pereira nos processos de reparação relacionados à situação de risco e danos ocasionados pela obra de descaracterização da Barragem Doutor. A proposta estrutura-se como parte importante para este processo, promovendo ações técnicas, sociais e institucionais com foco no protagonismo das comunidades atingidas.

Foto: Léo Souza | Guaicuy, 2026





CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Antônio Pereira, um dos 12 distritos de Ouro Preto (MG), está localizado aos pés da Serra do Espinhaço e carrega séculos de história ligados à exploração mineral. Fundado no final do século XVII, o distrito nasceu da corrida do ouro e manteve, ao longo do tempo, outras formas de extração mineral, como topázio imperial e minério de ferro. As riquezas naturais e culturais da região, que incluem formações geológicas, cachoeiras, a tradicional Gruta de Nossa Senhora da Conceição da Lapa e uma história marcada por devoção religiosa e festas populares, convivem com um modelo predatório de desenvolvimento baseado na mineração.

A partir da década de 1970, o avanço das mineradoras – como a Samarco e, posteriormente, a Vale S.A. – alterou profundamente o território. O distrito passou a enfrentar uma explosão populacional desordenada, especulação imobiliária, degradação ambiental, poluição dos cursos d'água e precarização dos serviços públicos.

O marco mais grave da crise territorial e social de Antônio Pereira é o risco de rompimento da Barragem Doutor, da mineradora Vale. A estrutura, que acumula entre 35 e 48 milhões de metros cúbicos de rejeitos, teve seu nível de risco elevado para 2 em abril de 2020, o que levou à remoção forçada de famílias residentes na ZAS. A incerteza provocada pela constante revisão da "mancha de inundação" – que indica as áreas atingidas em caso de rompimento – afeta a todos, não só os removidos: gera instabilidade emocional, desvaloriza imóveis, interrompe projetos de vida e destrutura o tecido social local. Segundo o Ministério Público de Minas Gerais, ao menos 22 direitos humanos fundamentais vêm sendo violados no distrito.

Nesse cenário, a atuação da ATI, conduzida pelo Instituto Guaicuy desde dezembro de 2022, torna-se fundamental. Eleita pela própria comunidade, a ATI tem como objetivo garantir o direito à informação técnica e qualificada, promover a participação informada nos processos de reparação e apoiar a população em suas lutas por justiça social, ambiental e territorial. O Instituto articula frentes de comunicação, mobilização social, acolhimento psicossocial e jurídico, o que contribui para a produção técnica de diagnósticos participativos e propostas para reparação integral.

Antônio Pereira, portanto, é um território de luta, onde se entrecruzam memória, resistência, religiosidade, injustiça ambiental e mobilização popular. A defesa do direito à reparação integral, articulada com a afirmação da identidade territorial e do protagonismo comunitário, é a base da atuação da ATI e o caminho para transformar um território marcado pela violência simbólica e estrutural da mineração em um espaço de justiça e dignidade.

Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026





Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026

CONTEXTUALIZAÇÃO FINALÍSTICA

A ATI seguirá promovendo a participação efetiva e informada, sobretudo, subsidiando o andamento da Ação Civil Pública, considerando a nomeação da FGV, nova entidade técnica multidisciplinar, auxiliar do juízo.

Para cumprir com esse propósito, o escopo de trabalho vem assegurando não apenas o fortalecimento comunitário por meio de ações coletivas, tais como as reuniões com a Comissão de Pessoas Atingidas, reuniões de núcleos comunitários, assembleias, grupos temáticos e reuniões coletivas com pessoas removidas e povos e comunidades tradicionais (PCTs), mas também o acompanhamento individualizado das pessoas atingidas, seja por meio de atendimentos individuais ou familiares, como é o caso do acolhimento multidisciplinar psicossocial e jurídico, ou o encaminhamento de demandas às instituições.

Há um grupo de pessoas removidas da ZAS que ainda se encontra em moradia provisória, apresentando pleitos constantes e urgentes a serem encaminhados. O acolhimento a esse grupo foi prioridade dentre as atividades realizadas no último semestre, seja no suporte ao Ministério Público em ações judiciais e extrajudiciais, seja no encaminhamento das demandas dessas famílias, por meio da confecção de relatórios e outros documentos. Atualmente, a ATI concentra esforços conjuntamente às pessoas atingidas na garantia do reassentamento, direito determinado por lei aos removidos por barragens.

A continuidade das ações da ATI junto aos PCTs também foi realizada pela necessidade de dar seguimento ao reconhecimento dos grupos tradicionais frente aos danos socioambientais causados pela Barragem Doutor. Atualmente, é feito acompanhamento de um grupo de benzeadeiras, parteiras e raizeiras; dos indígenas da etnia Borum-Kren; dos ciganos Calons; e da comunidade de garimpeiras e garimpeiros tradicionais/faiscadores. Destaca-se que o mapeamento territorial é uma ação constante e visa a identificação de outros grupos de cuja existência haja indícios.

Logo no início da execução das atividades do último plano de trabalho, a comunidade tradicional de garimpeiros/faiscadores de Antônio Pereira, com o apoio da ATI, solicitou à Comissão Estadual para o Desenvolvi-

mento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT) a certificação como Povo e Comunidade Tradicional. Trata-se de grande passo para a garantia de direitos desse grupo tricentenário, que resiste, sobretudo na presente Ação Civil Pública.

Para verificar as questões socioambientais, no mês de maio, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia de Minas Gerais realizou, acompanhada do MPMG, da ATI e das pessoas atingidas, uma visita à Barragem Doutor. A oportunidade revelou as inúmeras dúvidas e inseguranças da comunidade quanto à situação da barragem, à destinação da ZAS e, principalmente, quanto à poluição atmosférica. Diversas ações estão em curso com o apoio da ATI, especialmente em relação à poeira e à saúde, tais como procedimentos do Ministério Público e pesquisas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Com o início das atividades da FGV e a proximidade de sua chegada no território, pretende-se que as ações de mobilização em torno do processo de reparação sejam ampliadas. A Comissão de Pessoas Atingidas exerce, com auxílio da ATI, importante papel na verificação da execução do Cadastro e da Matriz de Danos.

Convém mencionar também as medidas em curso na defesa da saúde das pessoas atingidas, por meio do serviço de acolhimento, que se mostrou necessário para ação de outras instituições, como do Ministério Público, por exemplo.

Por fim, a mobilização da população atingida em busca da reparação integral é uma constante que a fortalece mesmo nos momentos de descrença na efetividade do processo; e é principalmente nestes momentos que a ATI cumpre papel fundamental.

Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026



OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes dos fatos que formam o objeto da ação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a **MOBILIZAÇÃO SOCIAL** e apoiar a auto-organização da comunidade, por meio da realização de reuniões e outras atividades que propiciem espaços de diálogo entre a ATI, as pessoas atingidas e outras instituições que atuam no território.
- Promover o **ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO** às pessoas atingidas, para garantir a escuta profissional adequada necessária para a prestação de informações técnicas qualificadas.
- Facilitar os **PROCESSOS COMUNICACIONAIS** das pessoas atingidas, por meio do fornecimento de informações técnicas qualificadas referentes a todos os processos que serão realizados na comunidade para reparação integral dos danos causados, no intuito de contribuir na compreensão desses danos e na tomada de decisões pelas pessoas atingidas.
- Ampliar o diálogo por meio da **ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL** junto ao poder público, Instituições de Justiça e outros atores que possam contribuir com as questões apresentadas pelas pessoas atingidas.
- Assegurar a **GESTÃO** por meio do planejamento, da coordenação, do monitoramento e da execução eficiente das ações da ATI, garantindo o cumprimento dos objetivos, prazos e diretrizes institucionais, com transparência e alinhamento às demandas da comunidade e às exigências de prestação de contas mensal.

METODOLOGIA DE AÇÃO

A metodologia proposta para execução deste plano de trabalho baseia-se em práticas participativas, com abordagem interdisciplinar e foco no fortalecimento da organização comunitária e na mobilização para as atividades e etapas do cadastro das pessoas atingidas e matriz de danos. As atividades serão desenvolvidas com o objetivo de alcançar os objetivos específicos da Assessoria Técnica Independente, articulando mobilização social, acolhimento psicossocial e jurídico, comunicação social e articulação institucional.

Dessa forma, a atuação da ATI se dará a partir da execução das atividades vinculadas aos objetivos específicos estabelecidos, de acordo com o quadro a seguir:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ID	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Promover a MOBILIZAÇÃO SOCIAL e apoiar a auto-organização da comunidade, por meio da realização de reuniões e outras atividades que propiciem espaços de diálogo entre a ATI, as pessoas atingidas e outras instituições que atuam no território.	1	Fortalecimento e acompanhamento da comissão	Promover espaços participativos e atividades formativas com a comissão de pessoas atingidas direcionados ao seu desenvolvimento organizacional, ao planejamento coletivo como instância participativa legítima do processo de reparação, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social.
	2	Acompanhamento dos PCTs	Promover o mapeamento e o acompanhamento dos PCTs, atividades e encontros com os Povos e Comunidades Tradicionais direcionados para o desenvolvimento organizacional e participação privilegiada no processo de reparação, buscando desenvolver autonomia e controle social.
	3	Organização Social	Promover atendimentos, atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação com o foco na participação e fortalecimento da comissão, por meio de reuniões comunitárias, reuniões de núcleo, ciranda, entre outros.
	4	Suporte às atividades da entidade técnica multidisciplinar (perita da Justiça)	Garantir a participação informada e a mobilização social para a aplicação e execução dos instrumentos da entidade técnica multidisciplinar, sendo um suporte de acordo com a demanda.
Promover o ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO às pessoas atingidas, para garantir a escuta profissional adequada necessária para a prestação de informações técnicas qualificadas.	5	Acolhimento Multidisciplinar Psicossocial e Jurídico	Escuta atenta e qualificada das demandas psicossociais e jurídicas apresentadas, bem como o fornecimento de orientações quanto ao processo de reparação e questões relacionadas, encaminhamentos de demandas e elaboração de ofícios e documentos por demanda.

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Facilitar os PROCESSOS COMUNICACIONAIS das pessoas atingidas, por meio do fornecimento de informações técnicas qualificadas referentes a todos os processos que serão realizados na comunidade para reparação integral dos danos causados, no intuito de contribuir na compreensão desses danos e na tomada de decisões pelas pessoas atingidas.	6	Comunicação com a comunidade	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação — formativos, informativos e mobilizadores — sobre temas e ações relativos ao processo de reparação, em diversos formatos, com linguagem acessível e informações seguras. Realizar ampla divulgação dos serviços prestados pela assessoria técnica e pelas Instituições de Justiça.
	7	Assessoria de imprensa	Facilitar os processos comunicacionais das pessoas atingidas, promovendo a visibilidade das suas demandas e lutas como comunidade atingida, além de estabelecer e fortalecer o relacionamento com as mídias.
	8	Comunicação Digital	Promover o acesso à informação técnica e qualificada, visibilizar as ações da ATI e fortalecer as demandas das pessoas atingidas.
Ampliar o diálogo por meio da ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL junto ao poder público, Instituições de Justiça e outros atores que possam contribuir com as questões apresentadas pelas pessoas atingidas.	9	Articulação institucional	Ampliar o diálogo por meio da articulação institucional e da atuação junto aos espaços decisórios, contribuindo para a construção de estratégias de reparação integral.
Garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para os trabalhadores envolvidos, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral.	10	Gestão	Executar a gestão administrativa, financeira, jurídica e institucional do projeto, incluindo o recrutamento e desenvolvimento de profissionais, a administração de recursos, contratos e pagamentos e o monitoramento das ações finalísticas. Garantir o cumprimento do Plano de Trabalho e dos compromissos assumidos, demonstrando a execução financeira e finalística, com economicidade, transparência e regularidade na prestação de contas.

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Em relação à atividade de Gestão (ID 10), é importante destacar que esta é uma atividade interna e transversal, que corresponde à estrutura organizacional e pretende garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos empregados, assim como garantir as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades pelas/os trabalhadoras/es do Instituto e os resultados pactuados com as Instituições de Justiça (IJs).

As demais atividades serão desenvolvidas tanto por meio de ações internas – como elaboração de documentos e ofícios, reuniões de planejamento e formações com a equipe, relacionamento institucional – quanto, principalmente, por meio da realização de atividades diretamente com as pessoas atingidas. Estas últimas integram a metodologia de atuação territorial do Instituto Guaicuy, que será detalhada no tópico a seguir.

METODOLOGIA DE ATUAÇÃO TERRITORIAL

A metodologia de atuação do Instituto Guaicuy nos territórios, ou seja, as atividades realizadas junto às pessoas atingidas para a promoção da participação informada, se organiza a partir de onze categorias, que possuem abrangências individuais e familiares e/ou coletivas, conforme descrito no quadro abaixo:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	ESCALA
Atividades especializadas de comunicação	Atividades voltadas para a produção de materiais de comunicação em diversos formatos e suportes. São realizadas pela equipe de Comunicação Social, tais como: cobertura textual e fotográfica de atividades e eventos, apuração para matérias jornalísticas para o site, jornal e vídeos, distribuição de materiais informativos, organização de projeções de documentários, produção e realização de entrevistas de profundidade com pessoas atingidas para vídeos-retrato, documentários e outros produtos de comunicação.	Individual e familiar e/ou Coletiva
Acolhimento multidisciplinar psicossocial e jurídico	Escuta minuciosa e acolhedora no âmbito psicossocial, sócio jurídico e de violação dos direitos humanos. Acontecem sob demanda das pessoas atingidas. No âmbito psicossocial, visa identificar e proporcionar visibilidade às demandas das pessoas atingidas e possibilitar a redução de sofrimentos, objetivando a construção e/ou fortalecimento de laços com a rede de serviços de saúde e socioassistencial dos municípios. No âmbito sociojurídico, além de explicações sobre o processo de reparação, propicia esclarecimento detalhado e próximo da pessoa atingida, sanando dúvidas e incompreensões específicas da pessoa. Ocorre em modalidade virtual e presencial, podendo ser também domiciliar caso haja a demanda por dificuldade de deslocamento e outros fatores.	Individual e familiar e/ou Coletiva
Acompanhamento de atividades externas	Acompanhamento de atividades realizadas por terceiros, que não são propostas ou executadas pela equipe do Guaicuy. Acontecem por demanda externa (entidade técnica multidisciplinar, movimentos sociais, grupos auto-organizados, parlamentares, Vale, IJs, auditoria, parceiros, universidades e etc.). Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Atividades mobilizadoras	Atividades que tratam de temáticas pertinentes de acordo com a necessidade da atividade foco da mobilização ou por dúvida das pessoas atingidas, realizada por meio de ligações telefônicas, relacionamento digital, plantão nas comunidades. Possibilita a divulgação de informações gerais, mobilização das pessoas atingidas para temas específicos e solução de dúvidas. Pode identificar demandas que precisam de acolhimento psicossocial e jurídico e promover ampla divulgação de informações. Também responde pela atualização do processo. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Individual
Atividades formativas	Atividades coletivas formativas que apresentam dados e tratam de temas específicos de forma aprofundada e direcionada, com formatos diferentes de acordo com a demanda da(s) comunidade(s). Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Reunião comunitária	Reuniões com as comunidades e/ou coletividades atingidas. Têm caráter informativo. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Reunião de comissão	Reunião da instância de interlocução legítima das pessoas atingidas com as Instituições de Justiça. Pode ser composta por uma ou mais comunidades ou coletividades. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Ciranda	Espaço de cuidado e acolhimento às crianças por meio de atividades recreativas e que promovem reflexões a respeito da infância no contexto das comunidades atingidas. Pode, ou não, acontecer de forma simultânea a outra atividade. Ocorre em modalidade presencial.	Coletiva
Intercâmbio de saberes	Atividades voltadas para a troca de experiências entre diferentes grupos de pessoas sobre um tema em comum. Podem acontecer entre grupos dentro da mesma comunidade e também entre diferentes territórios. Ocorre em modalidade presencial ou virtual.	Coletiva
Mapeamento e acompanhamento territorial	Atividades realizadas para identificar, mapear e georreferenciar o território, principalmente a partir de demandas das pessoas atingidas. Está relacionada ao acompanhamento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ocorre em modalidade presencial.	Individual, familiar e coletiva
Reunião de núcleo	Reuniões periódicas, programadas e realizadas em rodadas (ciclos) em todos os 5 núcleos territoriais, com suporte logístico e temáticas próprias. Diferenciam-se das reuniões comunitárias por abordarem temas específicos de forma continuada, permitindo aprofundamento e acompanhamento ao longo do tempo.	Coletiva

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Dessa forma, entende-se que as categorias são um detalhamento de como as atividades vinculadas aos objetivos específicos serão executadas, apresentando a metodologia de atuação da equipe da ATI junto às pessoas atingidas.

Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026



MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Instituto Guaicuy tem o compromisso de garantir transparência em relação às suas atividades, à aplicação dos recursos e ao cumprimento dos objetivos pactuados neste Plano de Trabalho. Para isso, realiza procedimentos contínuos de monitoramento e assegura a prestação de contas regular às partes interessadas.

O monitoramento é compreendido como a coleta e análise sistemática de dados com o objetivo de conhecer o andamento do projeto, o que inclui tanto a execução finalística como a financeira. Para isso, procura-se observar prazos das atividades, execução, entregas, orçamento, pessoas e comunidades atendidas, entre outros. Portanto, o monitoramento será realizado via:

- I. acompanhamento das atividades realizadas com as pessoas atingidas, por meio das evidências e extratos das atividades;
- II. acompanhamento das atividades vinculadas aos objetivos específicos (página 20), por meio das entregas mensais e aferição dos indicadores de execução;
- III. acompanhamento da execução financeira.

A prestação de contas, como determinada por meio da Decisão ID 9633450423, de 18/10/2022, tem estabelecida a apresentação de relatórios mensais a este Juízo, até o 10º dia de cada mês, com enfoque finalístico e financeiro, no prazo de até 20 dias após o encerramento do período avaliado.

O Instituto Guaicuy entende a prestação de contas como um marco importante, que reúne informações e permite aos atores envolvidos — especialmente as pessoas atingidas — compreender a execução das atividades e os resultados alcançados. Esse processo também abre espaço para que o Instituto receba avaliações e sugestões, contribuindo para o aprimoramento contínuo das ações e para o fortalecimento do aprendizado institucional.

O quadro a seguir apresenta as entregas mensais finalísticas e os indicadores de resultado que serão aferidos para cada atividade deste Plano de Trabalho e, portanto, comporão o relatório de prestação de contas:

	ID	ATIVIDADE	ENTREGAS MENSAIS	INDICADOR DE EXECUÇÃO
MOBILIZAÇÃO SOCIAL	1	Fortalecimento e acompanhamento da comissão	Lista com extratos das atividades realizadas com as pessoas atingidas	Número de atividades realizadas Número de participações nas atividades
	2	Acompanhamento dos PCTs		
	3	Organização Social		
	4	Suporte às atividades da entidade técnica multidisciplinar	Lista com extratos das atividades executadas	
ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO	5	Acolhimento Multidisciplinar Psicossocial e Jurídico	Lista com extratos das atividades realizadas com as pessoas atingidas	Número de acolhimentos realizados Número de participações nos acolhimentos
PROCESSOS COMUNICACIONAIS	6	Comunicação com a comunidade	Lista com extratos das atividades realizadas com as pessoas atingidas.	Número de produtos/atividades de comunicação e alcance
	7	Assessoria de imprensa	Lista dos materiais (produções, releases, demandas com a imprensa) produzidos.	Número de produtos/atividades de assessoria de imprensa
	8	Comunicação Digital		Número de produtos de comunicação e métricas
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	9	Articulação institucional	Lista com extratos das atividades executadas	Número de atividades de articulação institucional realizadas
GESTÃO	10	Gestão	Relatório Financeiro de prestação de contas	Relatório Mensal de Prestação de Contas Financeira e Finalística

Fonte: Elaboração Própria (2026).

A prestação de contas financeira se dará por meio da demonstração da execução financeira e orçamentária da Assessoria Técnica Independente (ATI), detalhando a aplicação dos recursos de forma transparente e alinhada ao plano de trabalho. Serão apresentadas as despesas realizadas no período, categorizadas conforme as rubricas previamente definidas, permitindo a verificação da conformidade entre o orçamento planejado e a execução efetiva.

Essa abordagem busca assegurar que todos os recursos estejam sendo utilizados de forma eficiente e em consonância com os objetivos pactuados, além de reforçar a credibilidade do processo perante as comunidades, os órgãos de controle e demais partes interessadas.

A prestação de contas financeiras se dará por meio da demonstração da execução financeira e orçamentária da Assessoria Técnica Independente (ATI), detalhando a aplicação dos recursos de forma transparente e alinhada ao plano de trabalho. Serão apresentadas as despesas realizadas no período, categorizadas conforme as rubricas previamente definidas, permitindo a verificação da conformidade entre o orçamento planejado e a execução efetiva.

Essa abordagem busca assegurar que todos os recursos estejam sendo utilizados de forma eficiente e em consonância com os objetivos pactuados, além de reforçar a credibilidade do processo perante as comunidades, os órgãos de controle e demais partes interessadas.

A fim de garantir a transparência, a integridade e a conformidade da execução das atividades e da gestão financeira da Assessoria Técnica Independente (ATI), é contratada uma auditoria externa especializada. Essa auditoria tem como principal função avaliar, de forma independente, a execução do plano de trabalho, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros.

Os auditores realizam o acompanhamento mensal das ações desenvolvidas pela ATI por meio da análise de listas de presença, relatórios técnicos com registros fotográficos, materiais produzidos e divulgados, além

Foto: Léo Souza | Guaicuy, 2023



ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO

A administração do projeto será realizada pelo Instituto Guaicuy, organização responsável pela execução da Assessoria Técnica Independente (ATI) no distrito de Antônio Pereira, conforme designação no contexto do processo de reparação integral relacionado ao risco de rompimento e aos danos ocasionados pelas obras de descaracterização da Barragem Doutor, de propriedade da mineradora Vale S.A.

A gestão do projeto será liderada pelo Coordenador Geral e pela Gerente do Projeto, ambos integrantes do Instituto Guaicuy. Vinculam-se a essa estrutura as coordenações técnicas, formadas por uma equipe multidisciplinar que reúne profissionais das áreas de mobilização social, saúde, ciências sociais, direito, comunicação, administração, prestação de contas, entre outras especialidades.

Compete a essa equipe a condução do plano de trabalho, abrangendo o planejamento estratégico, a execução das ações, o monitoramento contínuo, a sistematização e produção de relatórios, bem como a articulação com instituições de justiça, poder público e representantes da comunidade atingida.

A execução será organizada em etapas integradas, com acompanhamento sistemático por meio de instrumentos de controle interno e avaliação participativa, conforme descrito no capítulo anterior. A gestão será conduzida com base em princípios de transparência, participação e compromisso ético com os direitos das pessoas atingidas, adaptando-se às demandas emergentes do território e às diretrizes do processo de reparação integral.

Foto: Ellen Barros | Guaicuy, 2025



CRONOGRAMA

EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR OBJETIVO ESPECÍFICO/ATIVIDADES	1º mês (Junho/26)	2º mês (Julho/26)	3º mês (Agosto/26)	4º mês (Setembro/26)	5º mês (Outubro/26)	6º mês (Novembro/26)
MOBILIZAÇÃO SOCIAL						
Fortalecimento e acompanhamento da Comissão de Pessoas Atingidas						
Acompanhamento dos PCTs						
Organização Social						
Suporte às atividades da entidade técnica multidisciplinar						
ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO						
PROCESSOS COMUNICACIONAIS						
Assessoria de imprensa						
Comunicação com a comunidade						
Comunicação Digital						
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL						
GESTÃO						
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA						
SISTEMATIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO						

Nota: A eventual desmobilização da Assessoria Técnica Independente não deve ocorrer antes da conclusão dos trabalhos da perícia técnica imparcial conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma vez que a ATI exerce papel fundamental na garantia do direito à informação, à participação informada e ao acompanhamento das etapas de identificação, valoração e reparação dos danos. Assim, a expectativa é que a atuação da ATI seja mantida até que os resultados da perícia sejam devidamente apresentados, compreendidos e debatidos com as pessoas atingidas, contribuindo para a efetivação do direito à reparação integral.

Fonte: Elaboração Própria (2026).

PASSOS PARA A EXECUÇÃO

1. Planejamento coletivo com a equipe técnica;
2. Apresentação para a Comissão de Pessoas Atingidas de Antônio Pereira e comunidade em geral;
3. Execução das atividades por objetivo específico;
4. Monitoramento contínuo das ações e ajustes metodológicos;
5. Sistematização e prestação de contas dos resultados.

Foto: Gabriel Nogueira | Guaicuy, 2026



ORÇAMENTO

O orçamento é uma ferramenta fundamental na gestão organizacional, pois tem como finalidade planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, além de possibilitar o monitoramento e avaliação da execução do projeto (previsto/executado). A partir disso, é possível ter uma visão financeira coesa, de modo a proporcionar a melhor tomada de decisão no curto, médio e longo prazo. Esses elementos são fundamentais para assegurar o equilíbrio financeiro do projeto, garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e manter a sustentabilidade das ações ao longo do tempo.

O orçamento aqui apresentado foi elaborado com base nas atividades previstas no âmbito do Projeto e representa os custos estimados para sua execução nas comunidades atingidas, considerando as particularidades e especificidades do território.

Para o orçamento global do projeto deve ser considerada a posição financeira em 1º de junho de 2026, a reserva de recursos para o fundo rescisório, o repasse previsto e a projeção de rendimento das aplicações:

Fundo Rescisório Provisionado (até maio/2026)	R\$ 803.262
Saldo em conta 01/06/2026 (após fundo rescisório e obrigações previstas)	R\$ 2.220.428
Entrada Recursos IJs	R\$ 3.626.723
Projeção Rendimento	R\$ 78.669
Orçamento Total	R\$ 5.925.820

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Na tabela a seguir apresenta-se o resumo do orçamento por rubricas, que serão descritas posteriormente neste capítulo. Logo, o orçamento em questão totaliza o montante de R\$5.084.590 (cinco milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais) para os 06 (seis) meses de projeto, conforme apresentado abaixo.

ORÇAMENTO							
	jun./26	jul./26	ago./26	set./26	out./26	nov./26	TOTAL
1. ALIMENTAÇÃO	R\$ 20.159	R\$ 56.369	R\$ 21.369	R\$ 21.369	R\$ 21.369	R\$ 21.369	R\$ 162.004
2. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 52.338	R\$ 52.338	R\$ 52.338	R\$ 52.338	R\$ 52.338	R\$ 52.338	R\$ 314.027
3. ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 178.547	R\$ 178.547	R\$ 178.547	R\$ 178.547	R\$ 178.547	R\$ 178.547	R\$ 1.071.281
4. ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 17.958	R\$ 22.135	R\$ 19.035	R\$ 19.035	R\$ 19.035	R\$ 19.035	R\$ 116.235
5. MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 13.300	R\$ 6.424	R\$ 6.424	R\$ 6.424	R\$ 5.424	R\$ 5.424	R\$ 43.420
6. MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 9.600	R\$ 234.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 10.000	R\$ 0	R\$ 253.600
7. PROVENTOS LÍQUIDOS	R\$ 267.571	R\$ 267.571	R\$ 267.571	R\$ 267.571	R\$ 267.571	R\$ 267.571	R\$ 1.605.426
8. SERVIÇOS	R\$ 139.962	R\$ 146.699	R\$ 150.599	R\$ 150.599	R\$ 161.999	R\$ 183.139	R\$ 932.995
9. TRANSPORTE	R\$ 39.518	R\$ 55.557	R\$ 41.889	R\$ 41.889	R\$ 41.889	R\$ 41.889	R\$ 262.631
10. VIAGENS	R\$ 7.000	R\$ 32.420	R\$ 7.420	R\$ 7.420	R\$ 7.420	R\$ 7.420	R\$ 69.100
11. TAXA ADMINISTRATIVA	R\$ 253.871	-	-	-	-	-	R\$ 253.871
CONSOLIDADO	R\$ 999.824	R\$ 1.052.060	R\$ 745.192	R\$ 745.192	R\$ 765.592	R\$ 776.732	R\$ 5.084.590

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Foram consideradas as rubricas descritas a seguir:

Pessoal (RH)

Para o cálculo dos custos relacionados às atividades, foram considerados o número de profissionais envolvidos e o custo total de Recursos Humanos, incluindo salários, encargos e benefícios.

Espaços Participativos

Esta rubrica se resume ao custo de aluguel de espaços para a realização de atividades com as pessoas atingidas.

Serviços

Em relação aos serviços, foram considerados os custos de serviços de terceiros necessários para a execução do projeto, como custos fixos e variáveis, aluguel das sedes regionais, internet, telefonia, água, luz, serviços gráficos e audiovisuais, licenças de softwares, entre outros.

Transporte

A rubrica é composta pelos custos com transporte da equipe do Instituto Guaicuy para a realização das atividades — considerando os gastos com a terceirização da frota e todas as demais despesas para utilização dos veículos — e pelos custos de transporte das pessoas atingidas nas atividades que necessitam de deslocamento.

Alimentação

Os custos de alimentação se referem às refeições e lanches destinados às pessoas atingidas durante as atividades e às/aos trabalhadoras/es do Instituto Guaicuy, de acordo com a normativa de política de viagem da Instituição — Portaria de N° 76/2021 — publicada no site do Instituto.

Viagens

Na rubrica de viagens foram considerados os custos de hospedagem das/os trabalhadoras/es e das pessoas atingidas nas atividades que necessitam de pernoite no local de realização.

Material de Consumo e Expediente

Nesta rubrica foram considerados os materiais de utilização nos escritórios, bem como os materiais pedagógicos utilizados nas atividades com pessoas atingidas, além dos materiais de primeiros socorros, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), entre outros.

Material de Investimento

Nesta rubrica, estão previstos os materiais de investimento necessários para garantir a execução eficiente das atividades previstas no Plano de Trabalho, especialmente aquelas que demandam produção, registro, sistematização e divulgação de informações referentes às

ações do projeto. Ademais, aquisições necessárias para a melhoria da infraestrutura da sede.

Outros

A rubrica está destinada a cobrir despesas relacionadas a taxas e tarifas. Esses encargos podem ser exigidos por órgãos públicos — nas esferas federal, estadual ou municipal —, ou por entes privados que atuem na condição de concessionários ou permissionários de serviços. Também podem ser alocadas outras despesas imprevistas que possam surgir no decorrer da execução do Plano de Trabalho, desde que estejam vinculadas às atividades previstas.

Taxa Administrativa

A taxa administrativa prevista neste Plano de Trabalho corresponde a um percentual de 7% do valor total do projeto e tem como finalidade cobrir os custos operacionais e institucionais necessários à adequada execução das atividades previstas. Essa taxa é uma prática reconhecida na gestão de projetos sociais, sendo fundamental para garantir a sustentabilidade e a capacidade de resposta da entidade executora.

A aplicação da taxa administrativa visa assegurar a conformidade da execução com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade social. Assim, contribui para o fortalecimento da gestão e da qualidade da entrega dos serviços à comunidade atendida.

Rendimento das Aplicações

Os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy para o cumprimento deste Plano de Trabalho serão mantidos em aplicações remuneradas, conservadoras e de liquidez imediata. Sendo assim, todo recurso proveniente das aplicações financeiras será revertido para a execução do objeto deste Plano de Trabalho.

Instituto
GUAiCUNY